

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA
CAFEEIRA NO RIO DE JANEIRO NA DÉCADA DE
1920**

JULIA ZONENSCHIN LEDERMAN
Matrícula nº: 10312635464

ORIENTADOR: Prof. Almir Pita Freitas Filho

AGOSTO 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA
CAFEEIRA NO RIO DE JANEIRO NA DÉCADA DE
1920**

JULIA ZONENSCHIN LEDERMAN
Matrícula nº: 10312635464

ORIENTADOR: Prof. Almir Pita Freitas Filho

AGOSTO 2009

As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor

RESUMO

A economia brasileira no início da República, com a produção voltada para exportação e tendo o café como seu principal produto, enfrentava problemas de superprodução e queda nos preços devido às crises do comércio exterior. A situação da cafeicultura fluminense, que estava desde o fim do século XIX em dificuldades, piorou quando o governo valorizou a taxa de câmbio. A partir desse momento surgiram as primeiras idéias de intervenção no mercado cafeeiro, que mais tarde se concretizaram através dos programas de valorização feitos em 1906, 1917, 1921 e posteriormente, com a defesa permanente. As intervenções foram importantes para alterar a partir de 1920, o quadro em que a economia cafeeira do Rio de Janeiro se encontrava. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar economia agroexportadora da primeira República e os programas de valorização destacando o desenvolvimento da economia cafeeira fluminense na década de 1920.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO I - A ECONOMIA AGROEXPORTADORA.	7
I.1 - PRODUÇÃO AGRÍCOLA	7
I.1.1 - <i>Café</i>	9
I.1.2 - <i>Açúcar</i>	11
I.1.3 - <i>Borracha</i>	12
I.1.4 - <i>Cacau</i>	14
I.2 - A CRISE DA AGRICULTURA E A REPÚBLICA	15
CAPÍTULO II - OS PLANOS DE VALORIZAÇÃO DO CAFÉ.....	18
II.1 - ANTECEDENTES DA INTERVENÇÃO.....	18
II.2 - A PRIMEIRA INTERVENÇÃO - 1906/1915	20
II.3 - A ESTABILIZAÇÃO CAMBIAL E A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL.....	24
II.4 - A SEGUNDA INTERVENÇÃO - 1917/1920	27
II.5 - A TERCEIRA INTERVENÇÃO - 1921/1924	29
II.6 - A DEFESA PERMANENTE	32
II.6.1 - <i>A política monetária do governo de Washington Luis</i>	35
II.7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
CAPÍTULO III - A ECONOMIA CAFEIEIRA FLUMINENSE NA DÉCADA DE 1920.....	38
III.1 - ANTECEDENTES	38
III.2 - O RIO DE JANEIRO E A REPÚBLICA	39
III.2.1 - <i>O Convênio de Taubaté e a economia cafeeira fluminense</i>	41
III.3 - A DIVERSIFICAÇÃO AGRÍCOLA.....	42
III.4 - A DÉCADA DE 1920.....	46
III.5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
CONCLUSÃO	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	53

INTRODUÇÃO

A economia brasileira, cuja produção agrícola era voltada para exportação, foi afetada no início do século XX de forma significativa. As crises no comércio internacional que vinham acontecendo desde os últimos anos do século XIX impactaram especialmente o café, principal produto produzido no país.

Apesar das crises, o plantio de cafezais continuou a crescer e embora os preços internacionais do café tenham caído consideravelmente, os efeitos da queda em moeda nacional foram minimizados pela desvalorização cambial dos primeiros anos da República. A política monetária da época e seus reflexos cambiais representaram um poderoso incentivo ao avanço da produção no curto prazo.

Neste período, a cafeicultura fluminense já estava passando por dificuldades, sobretudo após a Abolição com a extinção da principal mão-de-obra utilizada na produção cafeeira. Embora a desvalorização cambial do início da República tenha promovido uma melhora, esta não chegou a ser suficiente para alterar o quadro declinante em que o café do Rio de Janeiro se encontrava.

Em 1898, quando o governo alterou a política cambial e a taxa de câmbio foi valorizada, o setor cafeeiro perdeu o mecanismo que permitia a proteção de sua renda. Com o preço do café caindo no mercado internacional e a produção ultrapassando o consumo, surgiu o problema da superprodução.

Foi a partir desse momento que apareceram as primeiras idéias para a intervenção no mercado cafeeiro, que posteriormente culminou nos três programas de valorização e na defesa permanente. Voltadas principalmente para a cafeicultura paulista, as intervenções também surtiram efeitos na produção do Rio de Janeiro.

Em relação à economia cafeeira fluminense, os programas de valorização não modificaram a situação em que esta se encontrava, mas garantiram uma recuperação da produção. Para superar as dificuldades, houve a opção pela diversificação da atividade

agrícola, que já estava ocorrendo desde o fim do século XIX e teve continuidade no século seguinte.

É importante destacar que devido à restrita bibliografia sobre o período, esta monografia abordou somente alguns pontos sobre o desenvolvimento da economia cafeeira fluminense na década de 1920, ficando claro que ainda há muito para avançar sobre o assunto.

No primeiro capítulo, analisaremos a economia agroexportadora e os principais produtos. Neste contexto será destacada a importância do café para a economia brasileira e os primeiros anos da República.

Em seguida, no segundo capítulo, vamos ressaltar as causas que levaram às intervenções cafeeiras e analisar o desenvolvimento do café diante dos programas de valorização e da defesa permanente.

Por último, no terceiro capítulo, abordaremos o desenvolvimento da economia cafeeira no Estado do Rio de Janeiro, verificando a alternativa adotada frente à crise do café e destacando sua situação na década de 1920.

CAPÍTULO I - A ECONOMIA AGROEXPORTADORA

A economia brasileira na primeira República (1889- 1930) é caracterizada pelo predomínio da atividade agroexportadora. Nesse período, já existiam algumas indústrias, mas seu número era relativamente pequeno e se baseava em setores tradicionais como vestuário, têxtil e alimentos. O café, a borracha, o cacau, o açúcar eram as atividades ligadas à exportação e principais geradores de renda para o país.

Nesse contexto, o Brasil era o maior produtor mundial de café, correspondendo a aproximadamente 52,7% das suas exportações no início da Primeira República, aumentando nos períodos de crise da borracha e durante os programas de defesa do café, como veremos mais adiante (Villela & Suzigan, 1975, p.50).

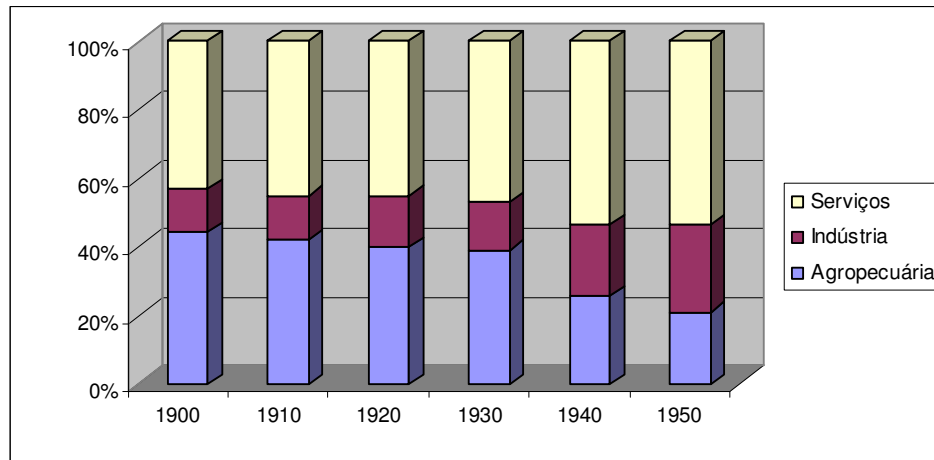
As diversas crises da primeira metade do século XX impactaram o comércio internacional e, sobretudo, o crescimento da economia brasileira que era extremamente dependente do mercado externo (Villela & Suzigan, 1975, p.47). É nesse momento que a produção agrícola passa por algumas modificações.

Esse capítulo se concentra em analisar os diferentes setores da produção agrária durante a Primeira República. Serão destacadas a evolução de cada produto para economia agroexportadora, e as mudanças decorrentes da crise da agricultura.

1.1 – Produção Agrícola

A produção do setor agrícola no início do século XX foi o pilar da economia brasileira. O Gráfico 1 abaixo, mostra a participação dos setores da economia no PIB brasileiro entre 1900 e 1950. E, como pode ser visto, pelo menos até o final dos anos vinte, o crescimento da economia brasileira dependia da expansão da produção desse setor.

GRÁFICO 1 – Participação dos Setores no PIB Brasileiro (em %)



Fonte: Bonelli (2003), p.374.

Serviços: Comércio, Transportes, Comunicações, Instituições Financeiras, Governo e outros.

A produção agrícola brasileira era prioritariamente voltada para a exportação, sendo o café e a borracha os principais produtos exportados. Produtos como algodão, cacau, açúcar e outros bens primários também eram exportados embora em quantidades bastante inferiores. As constantes crises no mercado externo, que ocorreram ao longo da 1ª República, afetaram a maioria desses produtos.

A cultura do café era, até o final dos anos vinte, considerada a mais importante atividade econômica no Brasil. Conforme mostra a Tabela 1, em 1924/29 o valor da exportação de café chegou a representar 72,5% do total. A exportação de cana de açúcar, cacau, algodão, entre outros produtos era tão inferior, que não chegava a representar sequer 10% do valor total exportado.

TABELA 1 – Brasil, Principais Produtos da Exportação, 1889-1929
(em percentagens)

Períodos	Café	Açúcar	Cacau	Mate	Fumo	Algodão	Borracha	Couros e Peles	Outros
1889-1897	67,6	6,5	1,1	1,2	1,7	2,9	11,8	2,4	4,8
1898-1910	52,7	1,9	2,7	2,7	2,8	2,1	25,7	4,2	5,2
1911-1913	61,7	0,3	2,3	3,1	1,9	2,1	20,0	4,2	4,4
1914-1918	47,4	3,9	4,2	3,4	2,8	1,4	12,0	7,5	17,4
1919-1923	58,8	4,7	3,3	2,4	2,6	3,4	3,0	5,3	16,5
1924-1929	72,5	0,4	3,3	2,9	2,0	1,9	2,8	4,5	9,7

Fonte: Villela e Suzigan (1975), p.50.

A seguir vamos analisar com mais detalhe cada um dos principais bens primários do setor agrícola brasileiro no período da 1ª República.

I.1.1 – Café

O café foi o principal bem primário da economia brasileira durante as três primeiras décadas. Segundo Prado Jr., o desenvolvimento da lavoura cafeeira do Brasil foi muito irregular, “ não houve de modo algum crescimento uniforme e harmônico” (Prado Jr., 1976, p.226). Apesar das condições naturais, como clima e solo favoráveis ao cultivo do café, para Prado Jr., a imigração européia foi o principal fator do desenvolvimento da lavoura cafeeira. Esta contribuiu para a superação do problema de falta de mão-de-obra necessária para a expansão cafeeira.

Aproximadamente 2,80 milhões de imigrantes vieram para o Brasil no período de 1886-1915 conforme mostra a Tabela 2. Essa concentração pode ser explicada pela demanda de mão-de-obra para a lavoura cafeeira, que inicialmente contou em maior parte com os italianos que iam para as plantações paulistas.

TABELA 2 – Imigração Líquida: Brasil, 1881-1930 (em milhares)

	Chegadas	Portugueses	Italianos	Espanhóis	Alemães	Japoneses
1881-1885	133,4	32	47	8	8	-
1886-1890	391,6	19	59	8	3	-
1891-1895	659,7	20	57	14	1	-
1896-1900	470,3	15	64	13	1	-
1901-1905	279,7	26	48	16	1	-
1906-1910	391,6	37	21	22	4	1
1911-1915	611,4	40	17	21	3	2
1916-1920	186,4	42	15	22	3	7
1921-1925	386,6	32	16	12	13	5
1926-1930	453,6	36	9	7	6	13
	3964,3	29	36	14	5	3

Fonte: Bethel, p.131

Com a imigração, o trabalho escravo cedeu lugar ao trabalho assalariado nas plantações de café. O escritório de imigração preparava o contrato (de um ano) e, ambas as partes podiam rescindir desde que houvesse um aviso prévio de um mês. Além do salário base proporcional ao numero de pés de cafés colhidos, o trabalhador recebia do fazendeiro um pedaço de terra, que ficava fora das plantações, para o cultivo da agricultura de subsistência. Quando havia excedente dessa produção (basicamente alimentar), o trabalhador levava ao mercado local. (Sergio Silva, 1976, p.51)

Após um ano de trabalho, a maioria desses imigrantes abandonava as plantações em busca de melhores remunerações e muitos desses trabalhadores acabavam mudando de cidade ou até mesmo de país.

A existência de terras virgens adequadas ao cultivo do café indicava o grande potencial de crescimento do cafeeiro. Os fazendeiros, conscientes da importância do transporte para o escoamento da produção, investiram com recursos próprios na construção de estradas de ferro e as distâncias deixaram de ser obstáculos. (Castro, 1977, p.62)

Ao longo da República, observou-se certa melhoria na fase de beneficiamento. Os processos rudimentares do passado foram substituídos por máquinas e instalações mais modernas. Os aparelhos construídos em madeira e movidos pela água, ou força humana, foram abandonados. Contudo, em relação ao plantio do café (trato do solo e da

planta, seleção de variedades), poucas mudanças são observadas. Segundo Prado Jr., “esta será a razão principal do invariável decréscimo da produtividade das culturas, que observamos mesmo nas regiões de melhores solos e de condições altamente favoráveis” (Prado Jr., 1976, p.228).

A produção do café se expandiu, trouxe riqueza e progresso para o país. Em contrapartida, vieram os sintomas clássicos de superprodução: declínio de preços e formação de grandes estoques. Veremos mais adiante os efeitos dessas modificações na economia brasileira.

I.1.2 – Açúcar

Desde a expansão do consumo do açúcar de beterraba na Europa e o fortalecimento da concorrência mundial, sobretudo nas Antilhas, onde a produção era mais avançada, o açúcar brasileiro, que havia sido o principal produto de exportação, passa a ser produzido praticamente apenas para o mercado interno.

O aumento do preço dos escravos, em consequência da extinção do tráfico e da concorrência da lavoura cafeeira em expansão, trouxe mais dificuldades para o açúcar brasileiro. Estas foram agravadas quando os grandes países consumidores de açúcar da Europa e os Estados Unidos adotaram políticas de proteção tarifária à produção de suas colônias e zonas de influência econômica. (Prado Jr., 1976, p.244)

A participação do Brasil no comércio internacional declina em termos absolutos. Segundo Carone, a exportação do açúcar baixa de 30,1% para 1,4% nos decênios de 1821-1830 e 1921-1930, respectivamente. Países tecnicamente mais bem aparelhados, explorando terras virgens, deslocam o Brasil para uma posição secundária. (Carone, 1975, p.52)

No final do século XIX, a crise da produção açucareira foi acompanhada pelo desenvolvimento de técnicas mais avançadas de produção e uma crescente concentração da produção. No Brasil, esse desenvolvimento começou com o incentivo do governo através da aprovação em 1875 da lei que garantia juros ao capital investido e auxílios financeiros na modernização das unidades (Prado Jr., 1976, p.246). Progressivamente,

os engenhos iam sendo substituídos pelas usinas, e estas na década de 1920 já dominavam completamente a produção de açúcar. Alguns engenhos continuaram existindo, contudo, produzindo produto de qualidade inferior, conhecido como rapadura.

É importante destacar que nesse período, alguns “senhores de engenho” passaram a ser proprietários de usinas e outros continuaram apenas a plantar e vender a cana-de-açúcar que abastecia as usinas, criando uma nova classe neste negócio, a dos fornecedores de matéria prima. Contudo, algumas usinas também cultivavam a cana-de-açúcar e isso fazia com que o poder de barganha junto aos fornecedores aumentasse. Não demorou muito para que essas duas classes entrassem em conflito, que ficou acirrado no final da década de 1920 à medida que as usinas se tornavam cada vez mais auto-suficientes.

A produção de açúcar no início do século XX encontrava-se em crise, com grandes oscilações de produção e dos preços. A crise açucareira avançava à medida que aumentava a produção, maior do que o mercado consumidor existente, resultado das melhorias no processo produtivo das usinas em detrimento dos engenhos.

I.1.3 – Borracha

Até 1910, a produção da borracha colocava o Brasil em posição privilegiada. As exportações chegaram a representar pouco mais de 90% do comércio mundial em 1890, e 75% em 1900 (Carone, 1975, p.63). A borracha no período de 1898 a 1910 era um dos principais produtos da economia com 25,7% da exportação total do Brasil (Villela & Suzigan, 1975, p.50). O consumo mundial de borracha, uma das principais matérias-primas industriais (no início com as bicicletas e depois com os automóveis), aumentava ao longo do período.

A Amazônia concentrava a maior produção da borracha brasileira, principalmente por possuir um território rico de seringueiras¹. A exploração desse produto é feita de modo bastante rudimentar e, segundo Prado Jr., “Será tipicamente

¹ Árvore que fornece a borracha, cujo nome científico é *hevea brasiliensis*

uma indústria de selva tropical, tanto nos aspectos técnicos, como nos econômicos sociais” (Prado Jr., 1976, p.237). O trabalhador ia atrás das seringueiras espalhadas pela floresta de forma desigual para colher a goma que dá origem a borracha. Nas extensas propriedades da mata amazônica, existiam os seringalistas, atuando de modo parecido com os fazendeiros das plantações de café. Os trabalhadores com salários baixos, não eram capazes de comprar seus instrumentos de trabalho e se endividavam com seus patrões não podendo, portanto, abandoná-los.

A partir de 1910, a borracha começa a viver o seu declínio com uma forte queda dos preços. A plantação primitiva da borracha brasileira não resistiu à concorrência das plantações asiáticas que contavam com grandes recursos técnicos e financeiros da Inglaterra. Segundo Carone, em 1914 a produção asiática superou a de todos os outros países com um total de 75.692 toneladas (Carone, 1975, p.65). Além disso, o consumo da borracha industrializada no Brasil era ínfimo, não passando portando de uma matéria-prima vulnerável as mudanças externas.

No auge da exploração da borracha, a Amazônia sofreu grandes transformações principalmente em sua população. De acordo com Prado Jr., a população subiu de 476.000 em 1890 para 1.100.000 em 1906. Contudo, a maior parte desses habitantes, eram os trabalhadores dos seringais que viviam em precárias condições de acampamento na mata. A riqueza oriunda da borracha ficava restrita aos proprietários dos seringais.

Em 1919 a borracha brasileira perdeu de vez seu lugar no mercado mundial. Nesse período o Brasil exportava 34.000 toneladas enquanto a produção do oriente ofertava 382.000 toneladas (Prado Jr., 1976, p.239).

De acordo com Carone, da riqueza proveniente da extração da borracha, apenas restou a técnica arcaica e a exploração desumana (Carone, 1975, p.69). E Prado Jr. o completa escrevendo que o que restou foram o Teatro Municipal de Manaus e o de Belém.

I.1.4 – Cacau

Assim como a borracha, o cacau é fruto de uma árvore e foi aproveitado desde os tempos da colonização. É a partir do século XIX, devido ao progresso da indústria e do consumo de chocolate nos Estados Unidos e na Europa, que o cacau passa a ter expressão econômica.

O sul da Bahia, com clima, solo e acesso favoráveis ao cultivo do cacau, foi a principal região produtora deste produto. Ficou conhecida como o grande centro moderno da produção brasileira, chegando a contribuir com mais de 90% do total da produção do país.

A produção do cacau, ao contrário da borracha, teve concorrentes no mercado internacional desde o início. As regiões da África que se desenvolveram mais rapidamente que o Brasil eram os principais concorrentes. Contudo, o consumo mundial crescia de forma a dar lugar para todos os países produtores.

Foi a partir do início do século XX que a cultura do cacau brasileiro começou a ser afetada pelos produtores da Costa do Ouro. Com ajuda da Inglaterra, os africanos em 1905 contribuíam para o comércio internacional com 5.620 toneladas de cacau. E, pouco tempo depois já detinham cerca de 40% da produção mundial (Prado Jr., 1976, p.242).

Essa supremacia sobre o cacau brasileiro não significou uma crise interna porque o consumo mundial absorvia toda a produção. Conforme podemos notar na Tabela 3, somente no início da década de 1920 é que se verifica a baixa dos preços.

TABELA 3 – Exportação de Cacau – Valor Médio = t

Anos	Prod. = t	Mil-réis	£ ouro	% sobre o total da exportação
1891-1900	104460	1:074\$	40,9	1,5
1901-1910	240938	922\$	54,2	2,8
1911-1920	439200	1:035\$	56,5	3,6
1921-1930	632549	1:650\$	40,5	3,2

Fonte: Carone, 1975, p.70

A partir deste momento, o Brasil manteve o segundo lugar na produção mundial, desenvolvendo a cultura do cacau em ritmo mais lento e ficando bem distante do progresso realizado na Costa do Ouro.

1.2 - A Crise da Agricultura e a República

Em 1888, com a abolição da escravatura, a produção agrícola foi afetada e, portanto, as atividades que dependiam de mão-de-obra escrava como o café, ficaram comprometidas. A produção da borracha era uma exceção, pois contava com mão-de-obra de migrantes nacionais vindos do nordeste.

As despesas com a perda do trabalho escravo foram compensadas, para os produtores de café, pela alta dos preços do produto no mercado internacional. Além disso, o governo ajudou os produtores concedendo crédito agrícola e com políticas de incentivos à imigração de europeus.

A seca em 1889 foi outro fator que atingiu as principais regiões produtoras, alterando a produção de gêneros alimentícios do mercado interno. A economia brasileira passou a depender da importação de produtos agrícolas além dos outros gêneros alimentícios que já importava.

A abolição do trabalho escravo em 1888 e a ocorrência da forte seca em 1889 trouxeram efeitos significativos sobre o comércio exterior. Em um primeiro momento, reduziu a produção e assim a exportação. Embora em 1889-91 tenha ocorrido uma alta nos preços dos produtos agrícolas, este não foi suficiente para compensar a queda do volume das exportações. A Tabela 4 mostra que apesar de continuarem elevadas as importações de produtos agrícolas, algumas substituições de importações foram observadas, sendo as mais importantes as de arroz, milho e charque (Villela & Suzigan, 1975, p.94).

**TABELA 4 – Importação e Exportação de Gêneros Alimentícios (1901-1915)
(Toneladas)**

Produtos	1901-1905		1906-1910		1911-1915	
	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação
Arroz	383.451	220	86.760	181	48.019	144
Feijão	34.301	144	38.165	282	32.698	360
Milho	38.696	9.748	46.798	21	22.625	488
Charque	260.778	338	169.969	2.060	70.075	1.061
Batata	107.913	-	103.885	3	104.355	9
Trigo	840.862	-	1.314.056	-	1.905.898	-

Fonte: Ministério da Fazenda, Serviço de Estatística Econômica e Financeira, *Comércio Exterior do Brasil*, publicação anual.

As diversas medidas econômicas adotadas a partir destes acontecimentos estimularam um enorme crescimento da economia cafeeira. Isso porque, no início da República, houve um período de inflação e desvalorização cambial, que acabou levando às primeiras crises de superprodução.

Nos primeiros anos da República, criou-se uma forte demanda por papel moeda devido às novas realidades do trabalho assalariado e do ingresso de imigrantes. Para aumentar a oferta de moeda, o Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, baixou, entre diversos decretos, a faculdade de alguns bancos de emitir moeda. As emissões foram feitas com lastro de títulos da dívida pública, gerando uma enorme expansão monetária e conseqüentemente, a especulação na bolsa de valores. Essa especulação financeira ficou caracterizada como o Encilhamento.

No início de 1891 veio a crise, com a derrubada do preço das ações, a falência de bancos e empresas. A expansão monetária trouxe consigo uma desvalorização cambial, favorecida também pela fuga de capitais devido à grave crise financeira argentina ocorrida em 1890 e à desconfiança na política econômica.

O Encilhamento trouxe um aumento do plantio de café devido ao clima de euforia vivido na época, e como dizia Joaquim Murinho, Ministro da Fazenda nomeado pelo Presidente Campos Salles (1898-1902), um excesso de emissões produzia uma organização agrícola exagerada para a produção de café.

A política inflacionária adotada pelos primeiros governos republicanos permitiu aos produtores de café diminuir seus prejuízos com a queda dos preços internacionais. Estes mantinham ou até aumentavam os preços do mercado interno de café, garantindo lucros para produção cafeeira. Porém, essa política acarretava o aumento dos preços dos produtos importados, aumentando o custo de vida. Os déficits da balança de pagamento acentuaram-se e, em julho de 1898, o governo inicia uma negociação para a realização de um acordo de consolidação da dívida externa.

A negociação ficou conhecida como *funding loan* e previa entre outras coisas a redução do papel-moeda em circulação e a eliminação dos déficits orçamentários. O pagamento dos juros das dívidas antigas foi suspenso por 13 anos e, em contrapartida, o governo brasileiro adotou uma política de estabilização.

Segundo Sergio Silva:

“É a partir do momento em que o mecanismo das trocas mostra-se incapaz de amortecer os efeitos da queda dos preços que o problema da superprodução passa ao primeiro plano ou, em outros termos, que a burguesia cafeeira toma consciência da existência desse problema e da necessidade de resolvê-lo.” (Silva, 1976, p.64)

A partir desse momento, os interesses dos cafeicultores foram afetados, sobretudo com a valorização da taxa de câmbio ao final de 1898, extinguindo o mecanismo de proteção da renda do setor cafeeiro.

A produção ultrapassou as necessidades de consumo do produto e, no início do século XX, a economia cafeeira começou a enfrentar crises de superprodução.

Tratarei no próximo capítulo sobre o problema da superprodução e as intervenções para a defesa do café.

CAPITULO II – OS PLANOS DE VALORIZAÇÃO DO CAFÉ

Como vimos, a política econômica do início da República fez com que o câmbio sofresse durante a maior parte da última década do século XIX uma profunda queda. Consequentemente, a renda do setor cafeeiro ficou protegida da redução dos preços no mercado internacional. Isso permitiu que os cafeicultores, com preços remuneradores e pagando salários baixos, mantivessem a inversão na produção, aumentando ainda mais o número de produtores de café. De acordo com Delfim Netto,

“o quadro anterior revela a gênese do problema cafeeiro nacional. A coincidência de uma queda mais rápida do câmbio do que dos preços do café criou condições para a expansão da cultura cafeeira quando o mercado já não podia absorver a quantidade produzida a não ser a níveis ínfimos de preços” (Netto, 1981, p.29)

É exatamente a partir deste momento que começam a se manifestar os interesses pela valorização do café. Este capítulo se concentra em analisar a os planos de valorização do café destacando as causas que levaram as intervenções no mercado cafeeiro.

II.1 Antecedentes da Intervenção

Como vimos no capítulo anterior, o Encilhamento foi favorável para a lavoura cafeeira. Contudo, através da Tabela 5, podemos verificar que a partir de 1899, no governo de Campos Sales, a taxa de câmbio começou a valorizar-se e, ao mesmo tempo, ocorreu a queda do preço internacional do café. Foram estes alguns dos fatores que deram origem, em 1906, ao primeiro plano de valorização: a superprodução – devido principalmente aos estímulos no período do Encilhamento –, a valorização cambial, a queda dos preços externos.

De acordo com Sergio Silva, a superprodução aumentava a cada ano: 7.250 milhares de sacas em 1897-98, 9.500 milhares em 1899-1900 e atingiu o recorde em 1901-1902 com 16.270.678 sacas. Apesar de nos anos seguintes a produção ter diminuído, a colheita de 1906/1907 prometia uma safra ainda maior que a de 1901-1902, ultrapassando 20 milhões de sacas. (Sergio Silva, 1976, p.66)

Segundo Prado Junior, os preços, que estavam em declínio há muito tempo, atingiram em meados de 1906 um nível abaixo do custo de produção. Observa-se, todavia, que os preços pagos pelos consumidores estrangeiros no varejo não se alteravam, demonstrando que quem vivia de fato a crise era o produtor nacional.

**TABELA 5 – Os Preços do Café e o Câmbio
(base 1889=100)**

Anos	Taxa Cambial		Preço Externo	Preço Interno
1889	26	7/16	100	100
1890	22	9/16	113	120
1891	14	29/32	90	171
1892	12	1/32	87	201
1893	11	19/32	103	276
1894	10	3/32	92	290
1895	9	15/16	91	262
1896	9	1/16	69	252
1897	7	23/32	47	180
1898	7	3/16	41	163
1899	7	7/16	42	156
1900	9	16/32	46	171

Fonte: Delfim Netto, 1981, p.29

A partir desse contexto, surgem as primeiras idéias para a intervenção no mercado cafeeiro. De um lado estavam os liberais e do outro os intervencionistas.

Os liberais, adeptos dos governos de Campos Sales e Rodrigues Alves, acreditavam que a intervenção estatal colocava em risco a bem-sucedida política contencionista responsável pela recuperação financeira do país assim como por sua credibilidade.

Os intervencionistas, assim como os liberais, defendiam a valorização da moeda, porém, segundo Perissinotto, “em um nível remunerador e criticavam o uso dos mecanismos ortodoxos para atingir tal fim.” Propunham que a baixa cambial fosse resolvida pela valorização do preço do café através de uma intervenção estatal, e não pela eliminação da suposta produção excedente através do recolhimento do papel moeda. Além disso, “tinham também consciência que o comprador se apoiava nos estoques existentes para, no meio da maior gravidade em face da superprodução, fingir não precisar do café oferecido pelo fazendeiro”. Compreendiam que a causa da queda

dos preços do café não era exclusiva da superprodução, mas também da especulação comercial. (Perissinotto, 1994, p.70)

Segundo Vilardo, essas constatações redundaram naquilo que pode ser considerado como as exigências típicas da lavoura cafeeira e de seus representantes no período em questão: a eliminação do jogo especulativo, a concessão de empréstimos de longo prazo, a fixação de preços mínimos remunerados e, a principal, o monopólio estatal do comércio do café. (Vilardo, 1986, p.69)

Em 1903, Alexandre Siciliano apresentou na Sociedade Paulista de Agricultura um plano valorizador, conhecido como Plano Siciliano. Segundo Perissinotto, o plano proposto defendia a união dos comerciantes de café, sendo eles nacionais ou estrangeiros, para aquisição do produto.

“... defendendo o combate à crise por meio de um poderoso sindicato que operasse livremente, sem ofensas aos interesses no comércio do café. O principal objetivo do plano era fixar, por um período de oito anos, um preço mínimo por dez quilos, além de suspender as plantações durante o período do contrato. O sindicato deveria adquirir pelo menos dois terços da produção anual, tudo perante garantia do governo federal”. (Perissinotto, 1994, p.70)

Este plano fora recusado por Rodrigues Alves, que durante seu governo de 1902 a 1906, não abria mão de uma política ortodoxa. Contudo, a ocorrência de uma supersafra em 1902 e a expectativa de uma safra maior ainda para o ano de 1906 tornaram a intervenção estatal urgentíssima. Com a eleição de Afonso Pena, a resistência de Rodrigues Alves foi superada e este deu início ao primeiro esquema valorizador.

II.2 A Primeira Intervenção – 1906/1915

O argumento decisivo para a valorização veio da perspectiva da maior safra na história brasileira em 1906. Prevvia-se que a safra brasileira atingiria 16 milhões de sacas, sendo que o estoque mundial para o início da safra era de aproximadamente 9,6 milhões de sacas e a produção estimada dos concorrentes do Brasil, de 4 milhões. Somava-se ainda um suprimento de 29,6 milhões de sacas para uma exportação mundial de 16 milhões, o que significava um excedente de 13,6 milhões a ser estocado.

Esperava-se uma queda nos preços internacionais a níveis inferiores aos de 1901, o que comprometeria seriamente a renda da cafeicultura em moeda nacional, já que a taxa de câmbio se mantinha elevada. (Netto, 1981, p. 61)

A crise tornou-se intolerável e em 26 de fevereiro de 1906, uma reunião entre os presidentes dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (Jorge Tibiriçá, Francisco Antônio Sales e Nilo Peçanha, respectivamente), na cidade de Taubaté, acabou resultando num acordo em torno de um projeto de intervenção com o intuito de valorizar o café. A proposta era a seguinte:

“(a) manutenção dos preços do café entre 55 e 65 francos a saca; (b) redução das exportações de tipos inferiores de café; (c) organização de uma campanha de publicidade no exterior visando elevar o consumo do café; (d) imposição de uma taxa proibitiva nas novas plantações de café; (e) negociação de um empréstimo de 15 milhões de libras para custear a administração do acordo; (f) estabelecimento de um fundo (Caixa de Conversão) para estabilizar o câmbio” (Peláez, 1947, p.52)

Quando o acordo foi assinado, não se conseguia um preço médio de 50 francos há mais de dez anos (entre 1897 e 1905 ficou em 35 francos) e, a intenção era conseguir um aumento real dos preços do café.

Segundo Perissinotto, o convênio “visava um esforço conjunto entre os governos estaduais e federal, a fim de defender os produtores da especulação comercial em período de excesso de oferta, deixando o controle do comércio em mãos oficiais.” Contudo, o que de fato aconteceu, foi um acordo entre o estado de São Paulo e os comerciantes estrangeiros de café. Ao governo do Rio de Janeiro, ao governo de Minas Gerais e do governo federal, coube uma participação limitada e com restrições. (Perissinotto, 1994, p.74)

De acordo com Netto, na hora de executar o plano, verificou-se que era inviável a obtenção dos 15 milhões de libras esterlinas propostas no convênio e, a situação foi agravada diante da indiferença dos governos de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, como também do Governo Federal. (Netto, 1981, p.67)

Diante dos fatos, restou ao governo de São Paulo agir sozinho e de forma inovadora. Foram realizados acordos com os grupos externos e o Estado de São Paulo

obteve alguns empréstimos a curto prazo, de bancos alemães (Brasilianische Bank fur Deutschland), ingleses (J. H. Schroeder & Co.) e americanos (National City Bank), para a compra do excedente do café. No segundo semestre de 1906, São Paulo interveio sozinho, retirando do mercado pouco mais de 2,5 milhões de sacas, mas isso não era suficiente para restringir a oferta ao nível desejado.

A estimativa de uma safra de 16 milhões de sacas se revelou modesta, pois a safra de 1906-1907 ultrapassou 20 milhões, maior produção brasileira até então. Enquanto continuava efetuando as compras, São Paulo tratou de anular as vantagens obtidas pelos outros Estados. Mais tarde, devido a concessões secundárias, conseguiu integrar Minas e o Rio de Janeiro em seu esquema e estes passaram a cobrar uma sobretaxa de 3 francos para cada saca de café exportada. (Netto, 1981, p.68)

Segundo Delfim Netto, o Convênio de Taubaté iniciou um problema: o café não deveria ser tratado em conjunto com o problema da taxa de câmbio alta, serviria apenas para estimular uma transferência de rendimento dos consumidores de produtos importados (que passariam a despendar mais, em moeda nacional, nas importações) para os produtores de café. O problema do café era de mercado. Embora existisse um problema de superprodução, o produto não deveria ser tratado de forma diferente dos demais. Afinal, se advinha do café a maior parcela da receita de divisas do Brasil, era porque ele também recebia a maior parcela dos seus fatores de produção. (Netto, 1981, p. 66)

O resultado mais imediato e o mais visível da intervenção foi a subida do preço do café. De acordo com Perissinotto, o preço tinha permanecido estável entre 7,6 e 7,9 cents por libra-peso e, entre 1906/1908, passou a 13,8 cents. (Perissinotto, 1994, p.70)

Até o fim de 1907, os resultados da política de valorização ainda se mostravam incertos. São Paulo comprou cerca de 8,2 milhões de sacas, que deduzidos dos 16,4 milhões de sacas ao fim da safra de 1906-1907, deixava disponível no mercado 8,2 milhões, um volume inferior ao que tínhamos no início da safra (Netto, 1981, p.71). Apesar disso, como podemos verificar através da Tabela 6, os preços internacionais do café permaneceram caindo e, sem a obtenção de financiamentos de longo prazo, não seria possível sustentar essa situação por muito mais tempo.

TABELA 6 - Preço do Café tipo Rio 7 disponível em Nova York
- em cents por libra peso -

Anos	1o Semestre	2º Semestre
1905	8,04	8,45
1906	8,10	7,98
1907	7,01	6,26
1908	6,22	6,28

Fonte: Netto, 1981, p.71

Ao longo de 1908, foram tomadas diversas medidas na tentativa de conter o problema. Em São Paulo, o café exportado passou a ser taxado em espécie, o imposto de exportação foi elevado de 3 para 5 francos, na tentativa de segurar a produção no país. Além disso, o governo federal foi autorizado a realizar um grande empréstimo para consolidação das dividas pendentes e para a constituição de uma reserva. Foram esses recursos que mantiveram os estoques fora do mercado consumidor até que conseguissem o êxito da valorização. (Peláez, 1947, p.55)

Em contrapartida ao empréstimo, o programa ficaria sendo controlado pelos banqueiros através de um comitê formado por quatro membros nomeados por J. H. Schroeder & Cia, dois designados pela Société Générale de Paris e um pelo governo do Estado de São Paulo. Claramente, o controle estava na mão do grupo J. H. Schroeder & Cia. Embora o representante brasileiro tivesse direito a veto, a delibera  o final ficava a cargo do banco inglês.

Segundo Netto, os preços do café melhoraram continuamente desde a diminui  o da safra de 1910/1911, que atingiu apenas 11 milhões de sacas. Os preços foram de 8,58 cents/libra-peso no primeiro semestre para 9,70 cents/libra-peso no segundo semestre de 1910 e a 12,53 e 13,41 cents/libra-peso, respectivamente, no primeiro e segundo semestre de 1911. A partir dessa melhora, o estoque foi sendo vendido e em 1914 o empréstimo contraído no ano de 1908 foi liquidado. (Netto, 1981, p.76)

II.3 A Estabilização Cambial e a Primeira Guerra Mundial

Além da defesa do café, o Convênio de Taubaté trazia uma proposta de estabilização cambial por meio de uma Caixa de Conversão. Esta visava estabelecer uma taxa cambial fixa com lastro-ouro e seria em nível mais baixo que o do mercado de modo a atrair para si as divisas em ouro que entrassem no país. Ao mesmo tempo, segundo Mendonça, o fundo seria um banco emissor, cujo poder real de estabilização “só se manteria não havendo limites à emissão – e estes eram, justamente, as divisas do empréstimo externo contraído- caso contrario, perderia toda sua eficácia, reincidindo numa política inflacionaria”. (Mendonça, 2008, p.88)

A Caixa de Conversão foi tratada e aprovada quatro meses após o Convênio de Taubaté. E, entre 1906 e 1910, a taxa do mercado permaneceu praticamente fixa e o câmbio foi realmente estabilizado a 15 pence por mil-réis (Peláez, 1947, p.60).

A aprovação do Convênio de Taubaté e da Caixa de Conversão indicava mudanças radicais na política econômica. O Brasil deixaria de praticar uma política cambial orientada para a alta para estabelecer um tipo fixo e deixaria de ter uma política monetária ativa, de controle e redução do meio circulante, para atrelá-la ao desempenho das contas externas.

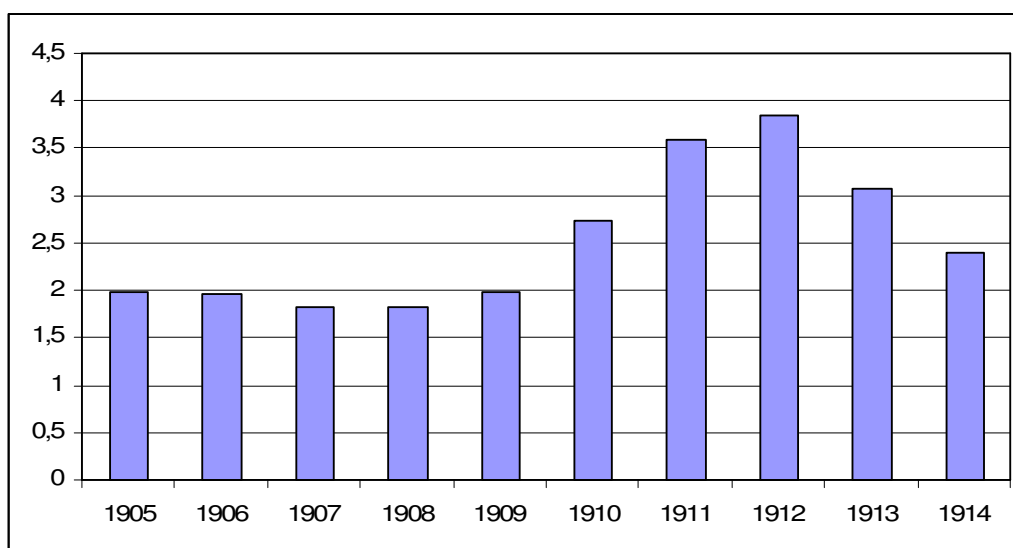
Os instrumentos – divisas adquiridas pelo saldo da balança comercial e empréstimo estrangeiro – de que a economia brasileira dependia para produzir os resultados econômicos que vinham sendo registrados desde 1906 começaram a sofrer uma reversão cíclica de grandes proporções. Verificando a Tabela 7 e o Gráfico 2 a seguir, podemos constatar que em 1913 o Brasil registra seu primeiro déficit comercial do século XX. A queda do preço internacional do café também é verificada passando de 3,85 libra-ouro por saca em 1912, para 3,07 em 1913 e 2,39 em 1914.

TABELA 7 - Balança Comercial Brasileira, 1906/1914 (milhões de libras)

ANOS	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1906	53.059	33.204	19.855
1907	54.177	40.528	13.649
1908	44.155	35.491	8.664
1909	63.724	37.139	26.585
1910	63.092	47.872	15.220
1911	66.839	52.822	14.017
1912	74.649	63.425	11.224
1913	65.451	67.166	-1.715
1914	46.803	35.473	11.330

Fonte: **Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40).** Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p. 1.359

**GRÁFICO 2 - Evolução dos Preços Internacionais do Café
(em libra ouro/saca), 1905/1914**



Fonte: **Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40).** Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p. 1.378.

De acordo com Netto,

“com o crescimento das probabilidades de guerra (e com a ligeira redução do valor das exportações de café), a pressão das importações forçou a baixa da taxa cambial. Este fato precipitou a procura por cambiais sobre a Caixa de Conversão. Para se ter uma idéia desse movimento, basta lembrar-se que as emissões da Caixa de Conversão passaram de pouco menos de 410 mil contos de réis em 1912 para pouco menos de 300 mil contos em 1913, e para mais ou menos 160 mil contos em 1914”. (Netto, 1981, p. 93)

O sistema garantiu um afluxo de divisas à Caixa, sem o movimento contrário, até o início da Primeira Guerra Mundial, enquanto a taxa de câmbio no mercado livre esteve abaixo do nível da Caixa, mas a Guerra provocou uma corrida aos depósitos, que levaria ao seu fechamento.

Com o início da Guerra, em 1914, cessaram as entradas de capital estrangeiro no país, o que acabou sendo o golpe final no mecanismo da Caixa de Conversão, que foi fechada em 15 de agosto, tendo o governo que retomar as emissões de notas do Tesouro. Como resultado, o câmbio começou a desvalorizar-se, passando de 16,1 pence por mil-réis em 1913, para 14,8 em 1914 e 12,6 em 1915.

TABELA 8 - TAXAS DE CÂMBIO (1902 - 1930)

ANO	Taxa de Câmbio	ANO	Taxa de Câmbio
1902	12	1916	12.1
1903	12	1917	12.8
1904	12.2	1918	13.0
1905	15.9	1919	14.5
1906	16.2	1920	14.6
1907	15.2	1921	8.4
1908	15.2	1922	7.2
1909	15.2	1923	5.4
1910	16.2	1924	6.0
1911	16.1	1925	6.1
1912	16.1	1926	7.2
1913	16.1	1927	5.9
1914	14.8	1928	5.9
1915	12.6	1929	4.9

Fonte: **Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40).** Rio de Janeiro: IBGE, 1940, p. 1354.

O Brasil deveria honrar seus compromissos de pagar a dívida externa no valor de 10 milhões de libras esterlinas, mas não possuía divisas nem meios para tal. O governo federal então recorreu ao segundo *funding loan*², um novo acordo com os credores internacionais.

² “As condições são iguais às do primeiro *Funding*: o capital nominal máximo do empréstimo é de 15 milhões de libras, os títulos emitidos ao par, prazo de 63 anos, juro anual de 5%. A garantia é a Alfândega do Rio de Janeiro e todas as demais, subsidiariamente. Suspende-se a amortização de todos os empréstimos, com exceção do *Funding Loan*. Os juros de todos os empréstimos, vencíveis de 1º de agosto de 1914 a 31 de julho de 1917, são pagos em títulos do novo *Funding*. O governo não pode contrair empréstimo externo até 1º de agosto de 1917; a partir de 1º de agosto de 1927, reiniciam-se os

Os preços do café continuavam caindo em moeda internacional, tendo seu nível mais baixo no período em questão no ano de 1915 (1,88 libra-ouro). Os estoques da primeira valorização já estavam praticamente todos vendidos. Diante deste quadro de queda dos preços e também pela perspectiva de uma grande safra de 1917/18, uma nova operação valorizadora do café se inicia em 1917. Entretanto, esta seria diferenciada em relação à de 1906 em um aspecto essencial: seu financiamento, por conta da guerra, foi feito com emissões do Tesouro.

II.4 A Segunda Intervenção – 1917/1920

A segunda intervenção ocorreu de forma um pouco diferente. Como citado, a Primeira Guerra Mundial (1914) restringiu o consumo mundial de café, ocasionou uma acumulação de estoque nos portos brasileiros e a queda da demanda fez o preço da saca do café cair drasticamente.

Uma nova crise no setor cafeeiro já podia ser vista. Considerando a dificuldade de se conseguir empréstimos externos por causa da guerra, o governo paulista pressionou o Governo Federal a realizar outra intervenção, que por sua vez recorreu-se às emissões.

Segundo Perissinotto, “em agosto de 1917, o governo autorizou a emissão de papel moeda em até 300 mil contos”, feita sem lastro, o que garantiria o valor da moeda. (Perissinotto, 1994, p.77)

Ainda de acordo com autor, São Paulo adquiriu cerca de 3,1 milhões de sacas até julho de 1918 e comprou o excedente com a ajuda da União. Assim, acumulou estoques e pode sustentar o preço do café durante a guerra que passou de 2,17 libras-ouro por saca em 1917, para 2,55 em 1918 e 5,10 em 1919. (Perissinotto, 1994, p.78)

Ao final da guerra, as reservas dos principais consumidores estavam baixas, enquanto São Paulo detinha metade dos estoques mundiais, o que dava ao Brasil o

empréstimos suspensos por este novo *Funding*”.: Edgar Carone. *A República Velha* (Instituições e Classes Sociais). São Paulo: Difel, 1975, p. 121.

comando do mercado internacional do café. No mercado interno os preços passaram de 47\$390, em 1918, para 92\$612 em 1919. Não demorou muito para que o estado de São Paulo realizasse lucros que chegaram a 4 milhões de libras e foram repartidos com o governo federal. (Vilardo, 1986, p.141)

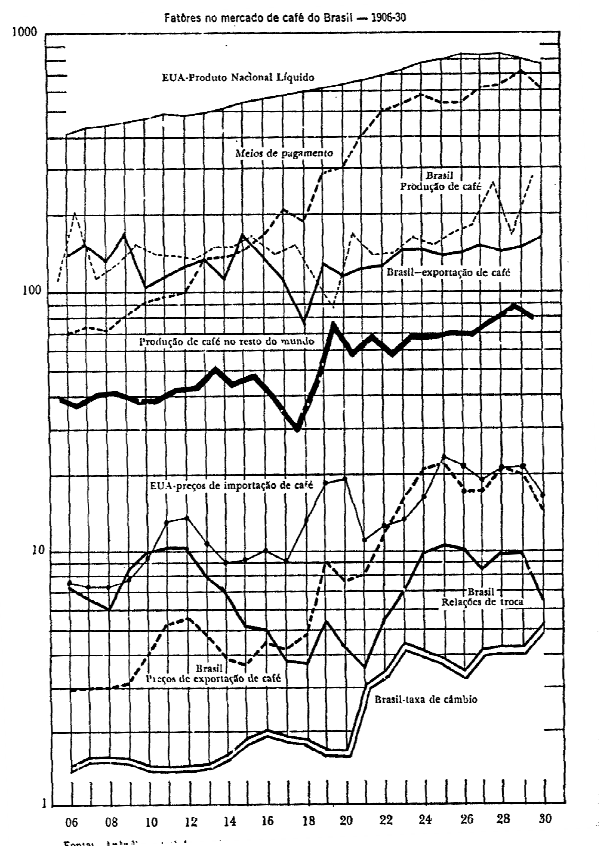
A forte geada que atingiu o Brasil em 1918, afetou significativamente os produtores de café de modo que “De 800 milhões de cafeeiros, 300 milhões foram seriamente danificados” (Peláez, 1947, p.67). Diversos autores como Topik e Peláez consideram que a geada salvou a segunda intervenção. Devido à perda de produção e ao fim da Guerra, os preços voltaram a subir e houve o ressurgimento do comércio internacional. As sacas adquiridas no ano anterior foram vendidas a preços altamente compensadores, garantindo assim um alto lucro para o governo.

O declínio da produção e da exportação causado pela geada de 1918, pode ser visto no Gráfico 3 assim como a rápida recuperação dos anos seguintes. Incentivados pelo alto nível de preço, a produção brasileira aumentou bastante no período.

A política de defesa brasileira não atingia apenas o produto brasileiro, mas todos os produtores de café, já que restringia a oferta no mercado mundial. Assim como beneficiou os produtores brasileiros, o mesmo aconteceu com os outros países produtores de café.

Ao contrário do que acontecera na primeira valorização, a política de defesa usada se chocou com os interesses dos importadores americanos, que reduziram as importações brasileiras em benefício da colombiana. Portanto, em consequência dos mecanismos de defesa do café praticado na segunda valorização, o monopólio virtual do café exercido pelo Brasil foi quebrado.

GRÁFICO 3 – FATORES NO MERCADO DE CAFÉ DO BRASIL – 1906-30



Fonte: Peláez, 1947, p.62

Historicamente, segundo Peláez, a segunda valorização “teve uma importância significativa: efetuar-se-iam emissões de moeda do Governo Federal visando proteger os interesses cafeeiros” (Peláez, 1947, p.68). À medida que uma safra abundante viesse ameaçar a rentabilidade do setor cafeeiro haveria novas intervenções. Assim, a bem sucedida valorização abriu espaço para futuras intervenções que veremos a seguir.

II.5 A Terceira Intervenção – 1921/1924

A perspectiva novamente de uma enorme safra e a política econômica dos países centrais para conter a inflação causaram um efeito devastador na economia brasileira. Ao contrário das duas primeiras valorizações, “tanto a fartura da safra quanto a contração externa aceleraram a valorização” (Peláez, 1947, p.68).

Nesse período as pressões inflacionárias nos países centrais levaram à adoção de medidas restritivas, que trouxeram como consequência uma forte deflação. Como podemos ver através da Tabela 9, em maio de 1920 a situação mundial alterou de forma negativa o saldo da balança comercial brasileira. Além disso, o equilíbrio no balanço de pagamentos se acentuou devido às remessas de capitais e, assim, mais uma vez foi necessária uma intervenção estatal.

Tabela 9 – Exportação e Importação em 1920
- em £ 1000000 -

Meses	Exportação	Importação	Saldo
Março	13,9	7,6	6,3
Abril	10,6	8,3	2,3
Maio	9,9	11	-1,1
Junho	9,1	9,6	-0,5
Julho	7,1	10,7	-3,6
Agosto	7,5	12,9	-5,4
Setembro	7,2	12,6	-5,4
Outubro	7,5	14,1	-6,6
Novembro	6,5	11,3	-4,8
Dezembro	5,0	11,7	-6,7

Fonte: Netto, 1981, p.106

Paralelamente, surgia a expectativa de mais uma safra volumosa para o ano cafeeiro de 1920/1921. Nessas circunstâncias, como era de esperar, os produtores de café pressionaram o Estado por mais uma valorização, com o objetivo de manter a taxa de lucro através da sustentação do preço do café. Para isso, reivindicaram a criação de um banco central de emissão e redesconto.

O início da terceira valorização é marcada pelo debate entre os “emissionistas” e aqueles que defendiam a utilização do crédito externo. Devido à crise internacional, havia a ausência de crédito externo e por isso, os “emissionistas” sugeriram a prática de emissão que havia sido utilizada na segunda valorização. Segundo eles, a emissão daria mais autonomia ao Estado nacional e diminuiria a dependência diante do capital financeiro internacional. (Perissinotto, 1994, p.79)

Aqueles que eram contra o esquema com base em emissões tinham como argumento de que ela causaria inflação e desvalorização cambial, além de perder credibilidade diante do mercado internacional.

A princípio venceu a corrente dos “emissionistas”. Em novembro de 1920 o então Presidente Epitácio Pessoa, embora em um primeiro momento fosse contra a política de intervenção, decretou a implementação da valorização financiada pela Carteira de Emissão e Redesconto do Banco do Brasil que tinha por finalidade aumentar a oferta de moeda através do desconto de títulos e da garantia-ouro inferior às emissões. (Vilardo, 1986, p.158)

Segundo Topik, em março de 1921 as operações de compra foram iniciadas e, ao final desse mesmo mês, cerca de 4,5 milhões de sacas foram adquiridas gerando um lucro de 130 mil contos (Topik, 1987, p.90).

A lavoura estava de acordo com tudo o que estava acontecendo, até que em 1922, o governo federal contraiu um empréstimo de 9 milhões de libras esterlinas, conhecido como “Empréstimo de Garantia ao Café junto as casas de N. M. Rothschild & Sons, Baring Brothers & Co. Ltd., e J. Henry Schroeder & Co. Ltd.” (Peláez, 1947, p.70), para financiar a valorização e tratar da liquidação dos estoques.

A justificativa para a realização do empréstimo era de que o governo não queria lançar mão das emissões de papel-moeda sem lastro. Segundo Vilardo, “a carteira de redesconto não poderia mais fornecer dinheiro para o esquema quando as compras do café atingissem o valor de 270 mil contos de réis”. Assim, para não suspender a valorização, o governo apelou para o crédito externo. (Vilardo, 1986, p.160)

As cláusulas desse empréstimo feriam gravemente os interesses dos cafeicultores e, portanto, representavam claramente um recuo frente às conquistas alcançadas até então. Dentre estas, podemos destacar a seguinte: “o governo brasileiro não podia iniciar um programa de defesa de café enquanto as letras do atual programa não estivessem liquidadas” (Topik, 1987, p.91).

Contudo, em 1924, o empréstimo foi pago devido às condições favoráveis do mercado cafeeiro. Isso possibilitou ao governo livrar-se das exigências do comitê da valorização, pois não feria mais nenhuma cláusula do empréstimo e assim, ele pode readquirir a liberdade de ação com relação à política cafeeira.

Segundo Netto, dois argumentos motivaram a rápida intervenção do Governo Federal: “Em primeiro lugar, os bons lucros das operações anteriores constituíam um estimulante poderoso, diante das dificuldades financeiras permanentes do Governo. Em segundo lugar, consagrava-se a doutrina de que a defesa dos preços do café era um problema nacional.” (Netto, 1981, p.109).

De acordo com Peláez, “a institucionalização do programa de valorização obteve importante estímulo durante a terceira valorização”, ou seja, a terceira valorização seria parte de uma tentativa de institucionalizar as intervenções federais na economia. Ele considera a mensagem dirigida ao Congresso pelo Presidente Epitácio Pessoa como um documento essencial do período. Nesta mensagem, o Presidente chega à conclusão de que a maior parte das crises era por causa de irregularidades de uma safra para outra e de irregularidades nas remessas para os portos e, portanto, graves problemas financeiros eram gerados devido à existência de um sistema bancário insuficiente para atender às suas necessidades. Sendo assim, a solução proposta pelo Presidente seria através de uma instituição permanente. (Peláez, 1947, p.70)

II.6 A Defesa Permanente – 1924

As três primeiras valorizações tinham se revelado um claro sucesso no que se referia à elevação do preço do café. A partir delas começou-se a cogitar a possibilidade de estabelecer mecanismos que garantissem de forma permanente, e não apenas esporádica, a proteção aos preços do café.

Como vimos anteriormente, o presidente Epitácio Pessoa enviou uma mensagem ao Congresso pedindo a defesa permanente do café, propondo a formação de um Conselho de Defesa Permanente do Café, argumentando que a insuficiência de uma organização bancária tornava precária a situação dos produtores.

O conselho deveria operar com um capital inicial de 300 mil contos, destinados a empréstimos aos produtores e à compra do café a fim de regularizar a oferta, além de financiar a propaganda no exterior. O capital inicial de 300 mil contos seria constituído pelos lucros provenientes das operações de valorização, em especial da terceira, e também, se necessário, por emissões de moeda (Peláez, 1947, p.70).

Além disso, seria função do conselho regular a entrada da safra nos dois portos, do Rio e de Santos, represando parte dela no interior através dos armazéns reguladores. O objetivo era impedir o afluxo de grandes quantidades de café aos portos num mesmo período, evitando assim, as especulações baixistas.

Esse projeto inicial de defesa permanente tinha algumas diferenças em relação a outros esquemas valorizadores. Nele, o fazendeiro passaria a controlar o próprio café, visto que a estocagem seria garantida e a formação dos estoques estaria sob seu controle. A eles, portanto, caberia a apropriação dos lucros da venda dos estoques.

Em junho de 1922, o projeto foi aprovado pela Câmara Federal. No final de 1921 e início de 1922, dois projetos de emissão haviam sido aprovados, o primeiro para financiar a terceira valorização, ainda em curso, e o segundo para implantar a defesa permanente.

Porém, antes que o Senado sancionasse a lei que criava a defesa permanente, os bancos ingleses autorizaram um empréstimo de nove milhões de libras que fora, como vimos, solicitado por Eptácio Pessoa para financiar a terceira valorização. Esse empréstimo, pelas suas cláusulas, impedia a emissão de papel-moeda. Além disso, o lucro das vendas dos estoques ficaria sob controle dos banqueiros. Portanto, as emissões e os fundos da terceira valorização não poderiam ser utilizados. O novo esquema nascia morto pela falta de recursos. Segundo Pelaez, O Instituto de Defesa Permanente “era divorciado da realidade a tal ponto que jamais foi implantado” (Peláez, 1947, p.71).

No mesmo ano de 1922, foi eleito presidente o mineiro Artur Bernardes, que deu continuidade à terceira valorização. O novo presidente era contra as propostas de defesa permanente, mas realizou a construção dos armazéns reguladores junto aos entroncamentos das estradas de ferro para assim, manter o café no interior e regular a entrada nos portos. (Perissinotto, 1994, p.83)

Consequentemente, em novembro de 1924, sob pressão da classe agrícola, foi transferida para as mãos do governo paulista a responsabilidade pela defesa permanente. Os armazéns reguladores foram transferidos a preço de custo ao Estado de São Paulo e, em dezembro do mesmo ano, criou-se o Instituto Paulista de Defesa Permanente do

Café, depois chamado de Instituto do Café, cuja função era controlar financiamentos, vendas e publicidades das safras do estado. Desde logo, para o financiamento da defesa em São Paulo, foi utilizado empréstimo externo. Para tanto, mais uma vez, foi criada uma taxa de um mil-réis sobre cada saca de café que transitasse pelo estado. Tal taxa serviria de garantia a um empréstimo externo que seria o fundo da defesa permanente do café (Peláez, 1947, p.72).

Com a perspectiva de uma enorme safra em 1927, foi realizado um “segundo convênio cafeeiro” entre os estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, visando regular a entrada de café nesses portos. A limitação era um dos objetivos do Instituto, que ainda tinha como meta a publicidade e o financiamento. Com referência à publicidade, criou-se um fundo a partir de um imposto de 200 réis por saca de café exportada. E, de acordo com Villela e Suzigan, a principal medida para realizar o financiamento foi através do “adiantamento de 60 mil réis por saca, feito pelo Banco do Estado de São Paulo aos cafeicultores”. Assim, esse empréstimo permitia aos produtores manter o café fora do mercado. (Villela e Suzigan, 1975, p.145).

As políticas de preços adotadas pelo Instituto estimularam ainda mais os cafeicultores e adotou-se como critério o preço do café armazenado e não o custo de produção. A proteção de produtores da chamada zona velha³, portanto, de café de qualidade inferior, fez o Brasil perder gradativamente a vantagem comparativa que detinha na produção cafeeira. Segundo Topik, “os preços artificialmente elevados motivaram os importadores norte-americanos a comprar café da Colômbia e da América Central, mais fino e não muito mais caro, em lugar do brasileiro.” (Topik, 1987, p.100)

Neste período, já com o presidente Washington Luís frente ao governo federal, o Programa de Defesa Permanente deixou de ser conduzido unicamente pelos estados. O novo governo adotou políticas monetárias para estabilizar a taxa cambial e o estoque monetário.

³ “Devido aos primitivos métodos de produção, a zona velha era seriamente improdutivo: o uso de fertilizantes era mínimo, a mão-de-obra cara e as pestes abundantes”. (Peláez, 1947, p.76)

II.6.1 – A política monetária do governo de Washington Luís

Em 1926, criou-se a Caixa de Estabilização com o objetivo de evitar a valorização do mil réis. Segundo Vilella & Suzigan:

“Pretendia-se um retorno ao padrão ouro, pelo qual a moeda em circulação seria conversível em ouro a 200 miligramas por mil reis. Para isso seriam utilizados o estoque de ouro disponível, saldos orçamentários, operações de crédito, etc. (...) Nela seria acumulado o estoque de ouro, o qual seria comprado com emissões de suas próprias notas.” (Vilela e Suzigan, 1975, p.136)

A taxa de câmbio foi desvalorizada e sustentada em 40 mil réis por libra até a crise de 1929, com intuito de proteger os cafeicultores. O Gráfico 3 nos mostra a taxa cambial a partir de 1926, desvalorizada pela Caixa de Estabilização.

Além da contenção monetária e da estabilização cambial, houve no período, uma importante política de equilíbrio orçamentário. A partir da Tabela 10, podemos observar que durante o período de 1923/1926, com exceção de 1925, a despesa efetiva foi inferior à orçada e, como consequência, ocorreu uma forte redução dos déficits (por causa dos cortes drásticos nas despesas de investimento). No período de 1927/1929, verifica-se o sucesso da política de equilíbrio orçamentário, através da diferença mínima entre as despesas efetivas e as despesas orçadas. E, assim, em 1928 e 1929, são produzidos saldos positivos, o que não ocorria desde 1907. (Vilela e Suzigan, 1975, p.137)

As medidas do Instituto aliadas às políticas monetárias, encadearam um círculo vicioso: os estoques aumentavam os preços, que aumentavam a produção, o que impunha, por sua vez, o aumento dos estoques. Não demorou muito para que o Brasil enfrentasse uma nova crise de superprodução do café, que, somada à crise mundial de 1929, fez com que os preços caíssem imediatamente em 30% (Perissinotto, 1994, p.85). Os fazendeiros ficaram sem dinheiro para pagar os empréstimos recebidos devido à perda de valor dos estoques.

TABELA 10 – BRASIL- FINANÇAS FEDERAIS, 1919-1929
(Cr\$ 1.000 Correntes)

ANO	ORÇAMENTO			EXCECUÇÃO ORÇAMENTARIA		
	Receita	Despesa	Saldo	Receita	Despesa	Saldo
1919	716	673	43	626	932	-306
1920	737	787	-50	922	1.226	-304
1921	1.025	1.041	-16	891	1.286	-395
1922	1.076	-	-	972	1.428	-456
1923	1.244	1.733	-489	1.258	1.405	-147
1924	1.385	1.854	-469	1.511	1.630	-119
1925	1.385	1.424	-39	1.734	1.756	-22
1926	1.562	2.061	-499	1.645	1.824	-179
1927	1.798	1.905	-107	1.999	2.008	-9
1928	2.089	2.089	-	2.207	2.018	189
1929	2.210	2.144	66	2.395	2.225	170

Fonte: Centro de Estudos Fiscais, IBRE/FVG

Nota: (-) dados não disponíveis

III.VII Considerações Finais

Como pudemos observar ao longo do capítulo, as políticas de valorização obtiveram resultados positivos aparentes, mas ao mesmo tempo, tiveram aspectos negativos.

Segundo Furtado, a defesa do café proporcionou à cultura cafeeira uma situação privilegiada em relação aos outros produtos primários; contudo, deixava um problema: “mantendo-se firmes os preços, era evidente que os lucros se mantinham elevados” e assim atrativos. Ou seja, a defesa do café ao mesmo tempo em que reduziu artificialmente a oferta, estimulou a expansão da mesma e foi “em ultima instância, um processo de transferência para o futuro da solução de um problema que se tornaria cada vez mais grave”. (Furtado, 2005, p.180)

Como sugere Castro, o período das políticas de valorização pode ser dividido em duas etapas. A primeira foi desde o início do século até 1924, quando a política de defesa passa a ser exercida pelo Instituto do Café e a segunda, de 1924 a 1930, envolvendo a política de defesa permanente.

Em relação à primeira fase, mesmo com o desequilíbrio no mercado de café em 1906/07, verificamos que a política impediu uma violenta deterioração de preços. Com exceção dos anos de 1910 a 1913 e 1918/1919, em que os preços foram altamente compensadores, no restante desta etapa a política de valorização conseguiu relativa estabilidade de preços a bons níveis. Podemos citar ainda o caso da segunda intervenção, em que São Paulo e o governo federal obtiveram grandes lucros e recuperaram os recursos aplicados. (Castro, 1977, p.76)

Apesar desses aspectos positivos, as políticas de valorização desse período trouxeram consequências negativas. A dívida externa do Brasil aumentou significativamente devido aos empréstimos contraídos para as políticas de valorização. Além disso, a expansão do café ao redor do mundo foi estimulada e, segundo Castro, a mais importante foi que “a crise cafeeira fora detida num nível que permitia e mesmo propiciava reações tendentes à *diversificação da economia centro-sulina* – o que atingiria em cheio a emergente divisão regional do trabalho”. Ou seja, de acordo com o autor, as políticas abriram caminho para transformações na estrutura da economia. (Castro, 1977, p.77)

Na segunda fase, a produção de café, em função dos estímulos artificiais recebidos, cresceu intensamente chegando a 27,8 milhões de sacas em 1927/28, enquanto as exportações no mesmo período atingiram apenas 15,7 milhões de sacas. Segundo Furtado, os EUA, principal importador de café do Brasil, mantiveram o consumo em torno de 12 libra/peso por habitante, enquanto a renda real per capita aumentou em torno de 35% ao longo da década de 1920. Era claro, portanto, que havia uma situação de desequilíbrio entre oferta e procura. O autor confirma o quadro com as seguintes palavras: “O complicado mecanismo de defesa da economia cafeeira funcionou com relativa eficiência ate fins do terceiro decênio deste século. A crise mundial de 1929 o encontrou, entretanto, em situação extremamente vulnerável.” (Furtado, 2005, p.181)

CAPITULO III – A ECONOMIA CAFEIRA FLUMINENSE NA DECADA DE 1920

Neste capítulo será feito um breve resumo sobre os anos de auge da cafeicultura fluminense até a crise da Abolição. Será feita, ainda, uma análise da economia cafeeira fluminense a partir da era republicana, destacando o período da década de 1920 e abordando a alternativa usada pelo governo do Rio de Janeiro frente à crise do café, que vimos no capítulo anterior.

III.1 Antecedentes

Ao longo do século XIX, o Rio de Janeiro, com sua economia baseada principalmente no café e no açúcar, destacou-se como o principal centro econômico do país gerando enormes lucros.

O aumento da demanda externa pelo café, graças à difusão do consumo do mesmo na Europa e nos EUA, estimulou o crescimento da oferta brasileira, que detinha condições favoráveis à produção devido à abundância de terras e mão-de-obra escrava. Segundo Vieira, produzia-se em larga escala e a baixos preços, sem nenhum cuidado com a terra (eram usadas técnicas predatórias do solo), pois era a única forma de expandir a produção com lucratividade e enfrentar a concorrência dos demais países produtores. (Vieira, 2000, p.13)

De acordo com Ferreira, em 1835 a produção cafeeira fluminense era de 1 milhão de sacas, e, em 1840, já crescia 50%. Porém, esse quadro de ascensão da cafeicultura fluminense sofreu modificações a partir do fim do tráfico africano em 1850 e mais tarde com a Abolição. O aumento do preço da mão-de-obra ocasionou a elevação dos custos de produção e, assim, margens decrescentes de lucro. Ao mesmo tempo, a utilização de técnicas inadequadas de plantio e cultivo e o mau uso da terra provocaram o esgotamento do solo, levando os cafeicultores a abandonar as plantações em busca de terras novas. (Ferreira, 1994, p.36)

Veremos a seguir como a economia cafeeira do Rio de Janeiro enfrentou os problemas econômicos devido a essas mudanças ao ingressar na era republicana.

III.2 O Rio de Janeiro e a República

Os últimos 20 anos do século XIX foram marcantes para a produção cafeeira do Rio de Janeiro. Em 1880, ela representava 62% do conjunto da produção brasileira de café, e, em 1894, este valor passou para 20%. Em compensação, a produção de São Paulo não parava de crescer. Passou de 25% do total nacional em 1880 para 60% em 1902. (Ferreira, 1994, p.39)

O regime republicano, como observamos no capítulo I, gerou mudanças na política econômica e financeira, que resultaram no Encilhamento. A expansão monetária, junto com a desvalorização cambial, aliada ao declínio constante da produção do café no Rio de Janeiro e a queda de produtividade, agravou ainda mais a crise da economia fluminense.

Segundo Ferreira, um elemento importante e que funcionou como neutralizador dos efeitos da crise para a economia fluminense, foi o fato de os governos estaduais passarem a receber o imposto de 11% cobrado sobre o café exportado, o que aumentava os seus recursos. (Ferreira, 1994, p.40)

Contudo, quando em 1898 ocorre o *funding loan*, o elemento neutralizador deixou de ser suficiente para diminuir a crise da economia fluminense. Como foi apresentado no capítulo I, a negociação equilibrou a taxa cambial através de uma política de estabilização. A antiga política que facilitava a baixa da taxa de câmbio foi extinta e eliminou-se de vez o mecanismo que permitia a proteção da renda dos cafeicultores.

A partir dos questionários enviados pelo governo estadual a todas as câmaras municipais do Rio de Janeiro, Ferreira analisa os efeitos e a expansão da crise no estado. De acordo com a autora, as respostas dos 48 municípios fluminenses proporcionaram um resultado interessante sobre a sua situação produtiva. Segundo a autora, “mais de 90% dos municípios tinham o café como principal atividade econômica, produzindo

secundariamente alguns gêneros alimentícios para consumo local.” (Ferreira, 1994, p.41) Dentre todos os municípios, apenas oito afirmaram estar desenvolvendo outras atividades econômicas. A pecuária, embora em pequena escala, era um exemplo de como esses municípios experimentavam novas atividades como alternativa à crise do café.

As limitações para o escoamento da produção provocadas por altos fretes e falta de mão-de-obra eram as principais dificuldades apontadas pelas câmaras municipais para uma maior dinamização da economia. De acordo com Mendonça, a Leopoldina Railway, companhia que explorava a maior parte do Estado, praticava preços exorbitantes, tornando inviável para muitos fazendeiros a remessa do café do interior para o porto do Rio de Janeiro (Mendonça, 2008, p.91). O declínio dos preços do café naquele momento aumentou as dificuldades para atrair e reter a mão-de-obra existente. Tais dificuldades são bem definidas pela autora:

“Deputados dos mais distintos municípios fluminenses denunciavam o problema, acusando o que qualificavam de “aliciadores paulistas”, de aproveitarem-se da miséria do trabalhador meeiro ou jornaleiro do interior do Estado: mais de cem homens saem diariamente do Estado do Rio, sobretudo para São Paulo. Há municípios inteiramente despovoados na região cafeeira, pela escassez da produção e baixos preços dos salários pagos aos trabalhadores rurais.” (Mendonça, 2008, p.89)

Além de afetar os produtores, o declínio dos preços do café comprometia significativamente a administração estadual, na medida em que sua principal fonte de renda era o imposto de exportação sobre o café. Podemos observar através da Tabela 11 a redução que vinha sofrendo esta arrecadação.

A tendência notada a partir de 1896 é de que embora tenham ocorrido algumas recuperações com a baixa dos preços de café, a arrecadação do imposto e a receita estadual sofreram também com o fato da produção fluminense estar em declínio. Esta produção não era grande o suficiente para que através de sua exportação, compensasse a queda na cotação do café.

**TABELA 11 – RECEITA DO IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO SOBRE O CAFÉ E
A RECEITA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1896-1903)**

ANOS	RECEITA DO IMPOSTO SOBRE O CAFÉ	RECEITA TOTAL	DADOS PERCENTUAIS
1896	9.741:805\$144	13.035:705\$849	74,80%
1897	10.354:629\$808	13.944:871\$635	74,30%
1898	7.355:424\$397	10.495:703\$498	70,10%
1899	6.371:068\$912	9.705:760\$323	65,70%
1900	4.838:878\$559	7.969:327\$249	70,70%
1901	4.896:204\$470	9.224:166\$487	53,10%
1902	3.506:205\$763	6.728:199\$812	52,20%
1903	3.518:482\$344	6.798:716\$945	51,80%

Fonte: Ferreira, 1994, p.42

Podemos perceber este declínio através da Tabela 12, na qual se vê que a produção exportável fluminense a partir da década de 1890 cai drasticamente em relação às outras regiões produtoras, principalmente em relação a São Paulo.

**TABELA 12 – PRODUÇÃO EXPORTAVEL DO CAFÉ DAS PRINCIPAIS
REGIÕES PRODUTORAS (em sacas)**

Anos (média do período)	Rio de Janeiro	São Paulo	Minas Gerais	Espirito Santo
1881/1890	2.176.000	2.138.000	1.200.000	250.000
1891/1900	911.000	4.775.000	1.787.000	416.000
1901/1910	995.000	9.252.000	2.772.000	579.000
1911/1920	812.000	9.306.000	2.446.000	700.000
1921/1930	945.000	11.131.000	3.445.000	1.210.000

Fonte: Vieira, 2000, p.70

III.2.1 - O Convênio de Taubaté e a economia cafeeira fluminense

Para seguir adiante, é importante destacar o impacto do Convênio de Taubaté sobre a produção de café no Rio de Janeiro.

Como vimos no capítulo II, São Paulo iniciou sozinho o programa de defesa do café, retirando de circulação até o fim do ano de 1906, 2,5 milhões de sacas apenas de café paulista. Em compensação, o Rio de Janeiro e Minas Gerais, recusaram-se a cobrar a sobretaxa sobre café exportado desagradando o Estado de São Paulo. (Mendonça, 2008, p.93)

A desigualdade da atuação paulista no Convênio era tão grande que em 1906/1907, a firma *Theodor Wille*⁴ adquiriu 7 milhões de sacas no mercado paulista enquanto no mercado fluminense esse valor foi de apenas 1,2 milhões. Com isso, o mercado cafeeiro fluminense, composto basicamente dos tipos inferiores de café (tipo 8 e 9), depreciou-se ainda mais.

Segundo Taunay, a disparidade também era notada na cotação do café e gerou enormes lucros para os cafeicultores paulistas. Um mesmo tipo (neste caso, o do tipo 7) era cotado a 9\$000 por arroba para o café paulista, a 8\$000 para o café mineiro e a 6\$000 para o café fluminense. (Taunay, 1941, p.58)

Portanto, podemos perceber que o Convênio não repercutiu de forma igual para os estados participantes. Como observou Mendonça, “diante de condições de produção e produtividade tão díspares, os mesmos preços que respondiam por lucros consideráveis em zonas consolidadas permitiriam, tão somente, a sobrevida do café, no Estado do Rio.” (Mendonça, 2008, p.97)

Embora tenha ocorrido uma elevação geral no preço do café, este não foi suficiente para alterar o quadro declinante em que se encontrava a produção exportável fluminense, nem tampouco melhorar as finanças do Estado.

Assim, o Estado do Rio de Janeiro buscou alternativas para superar a decadência da cafeicultura.

III.3 A diversificação agrícola

O governo do Estado do Rio de Janeiro tendo em vista a situação difícil de suas finanças lançou mão de uma política de diversificação agrícola como tentativa de salvar as finanças estaduais. Essa preocupação começou na década de 1890, quando foram criados centros agrícolas, estações agronômicas e núcleos coloniais, e distribuídos adubos químicos, mas sem lucro para o Estado. Apenas com Nilo Peçanha frente ao

⁴ Firma contratante pelo Estado de São Paulo para realizar as compras de café

executivo fluminense, entre 1902 e 1906, é que foi inaugurada uma política efetiva de diversificação agrícola voltada para a policultura e apoio à pecuária.

Na mensagem de 1906 do Presidente do Estado do Rio de Janeiro, podemos constatar o incentivo à diversificação agrícola através da distribuição aos agricultores de sementes de milho americano e argentino, de algodão de Pernambuco, Egito e São Paulo, de cacau da Bahia, do Pará e do Amazonas, de feijão de varias localidades dos Estados Unidos, de maniçoba do Ceará e da Bahia, de favas diversas, de arroz da Carolina, Maranhão e Piemonte, de cebolas e alhos da Alemanha, de batatas portuguesas, de fumo, e de videiras, com preferência das melhores qualidades, e várias plantas forrageiras. (Mensagem do Presidente do Estado do Rio de Janeiro ,1906, p.16)

Já em 1907, a mensagem do Presidente do Estado propôs aumentar ainda mais a diversificação agrícola através do incentivo à fruticultura, para a fabricação de doces, como forma de reanimar a lavoura e ampliar o mercado das usinas fluminenses de açúcar. Ainda nesta mensagem, o Presidente destacou os resultados animadores dos primeiros auxílios e por isso aconselhou o Estado a não parar com a política de incentivo. (Mensagem do Presidente do Estado do Rio de Janeiro, 1907, p.56)

Em relação à pecuária, as mensagens do período analisado nos mostram que também houve políticas de incentivo ao setor. Na mensagem de 1910, o Presidente do Estado considera que a pecuária poderia ser igual ou mais rentável que o café como forma de estímulo. (Mensagem do Presidente do Estado do Rio de Janeiro, 1910, p.86)

Segundo Ferreira, existiam pré-condições no Estado do Rio de Janeiro que, em conjunto com as políticas adotadas, favoreceram o avanço da diversificação agrícola até o início da década de 1920. Tais pré-condições, segundo a autora, eram “a possibilidade de reaproveitamento de fatores de produção subutilizados e de minimização de custos, numa economia em grande parte especializada e por isso sobrecarregada pela importação de gêneros alimentícios”. Assim, a diversificação desenvolveu-se de forma complementar à cafeicultura. (Ferreira, 1994, p.44)

Outra medida adotada no período foi a criação, em 1918, do Ministério da Agricultura, que, segundo Mendonça, nasceu da pressão sobretudo do Estado do Rio de

Janeiro. Este órgão, assim como as políticas do governo estadual, incentivou a policultura através do fornecimento de mudas, sementes, empréstimos de máquinas, entre outras coisas. (Mendonça, 2008, p.101)

Podemos verificar o avanço notado a partir, novamente, da análise do questionário distribuído em 1913, a 48 municípios fluminenses sobre as condições da agricultura no Rio de Janeiro. O café ainda era o produto mais citado, com 33% das respostas, seguido da cana com 21,8%. Cereais como, milho, feijão e arroz, obtiveram um crescimento significativo, somando 34,5% das respostas (Ferreira, 1994, p.45).

Em relação ao questionário de 1898, pode-se perceber que a agricultura fluminense diminuiu a sua dependência do café, ampliando a produção de outros gêneros alimentícios, mas continuou dominando a economia fluminense.

Analisando as mensagens dos anos seguintes, podemos afirmar que a política de incentivo por parte do governo estadual continuou ao longo da 1ª República. Contudo, é importante enfatizar que, em 1924, o presidente do Estado do Rio de Janeiro chama a atenção para fase inicial em que se encontravam os serviços oficiais de fomento à agricultura, a proteção e a pecuária. Segundo esta mensagem:

“No sentido de dar maior desenvolvimento à agricultura e à pecuária, concorrendo para substituição ou melhoramento dos métodos e processos empregados, considero indispensável a criação de estabelecimentos experimentais e de demonstração, como melhor meio de incutir no espírito dos homens do campo o emprego de variedades aperfeiçoadas de plantas, sementes selecionadas, rotação de culturas, preparação racional do solo, adubação, aperfeiçoamento de diversas raças e tudo enfim que, de moderno e vantajoso, existe em tal assunto.” (Mensagem do Presidente do Estado do Rio de Janeiro, 1924, p.100)

Ou seja, percebe-se também, através das Tabelas 13,14 e 15 que alguns gêneros agrícolas apresentaram um desenvolvimento razoável, pois chegou-se até a exportar os excedentes, contudo, não chegaram perto do desempenho da produção cafeeira.

**TABELA 13 – INDICES DE CRESCIMENTO FÍSICO DAS EXPORTAÇÕES
DO CAFÉ E DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA DIETA ALIMENTAR**
(base 1901-1910=100)

Produtos	Média Anual do Período		
	1901/1910	1911/1920	1921/1930
Café	100	81,6	95,0
Açúcar	100	207,9	146,2
Arroz	100	118,0	151,4
Feijão	100	134,8	46,9
Farinha de Mandioca	100	67,5	32,6
Batata	100	417,2	547,1
Milho	100	1514,3	672,8
Legumes e Frutas	100	343,7	441,7

Fonte: Vieira, 2000, p.87

**TABELA 14 – EXPORTAÇÕES INTERNAS DE CAFÉ E DOS PRINCIPAIS
PRODUTOS DA DIETA ALIMENTAR (em toneladas)**

Produtos	Média Anual do Período			
	1891/1900	1901/1910	1911/1920	1921/1930
Café	54.660,0	63.719,3	48.720,0	56.700,0
Açúcar	14.750,0	22.233,1	48.665,3	34.208,3
Arroz	-	789,1	931,3	1.194,6
Feijão	-	2.183,6	2.944,4	1.023,5
Farinha de Mandioca	-	5.051,0	3.408,7	1.649,0
Batata	-	558,2	2.328,9	3.204,8
Milho	-	2.063,5	31.247,8	13.883,5
Legumes e Frutas	-	8.434,5	28.961,2	37.259,6

Fonte: Vieira, 2000, p.87

(-) Dados não disponíveis.

TABELA 15 – RECEITA DO IMPOSTO SOBRE EXPORTACAO DO CAFÉ E DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA DIETA ALIMENTAR (em contos de réis)

Produtos	Média Anual do Período							
	1891/1900		1901/1910		1911/1920		1921/1930	
	Contos	%	Contos	%	Contos	%	Contos	%
Café	8.940	44,5	2.768	90,1	2.979	76,2	10.177	85,7
Açúcar	11.164	55,5	193	6,3	763	19,5	1.360	11,4
Arroz	-	-	3	0,1	5	0,1	11	0,1
Feijão	-	-	5	0,2	11	0,3	14	0,1
Farinha de Mandioca	-	-	8	0,3	10	0,2	8	0,1
Batata	-	-	1	0	6	0,1	9	0,1
Milho	-	-	44	1,4	68	1,7	93	0,8
Legumes e Frutas	-	-	48	1,6	91	2,3	206	1,7
Total	20.104	100,0	3.070	100	3.933	100,0	11.878	100

Fonte: Vieira, 2000, p.88

(-) Dado não disponível

III.4 A década de 1920

Ao longo da década de 1920, o setor cafeeiro fluminense conseguiu superar o quadro verificado durante os vinte primeiros anos do século XX. De acordo com Ferreira, a intervenção dos órgãos públicos nesse período garantiu uma “significativa expansão para o setor cafeeiro”.

Assim como Ferreira, Vieira destaca que a recuperação da produção exportável fluminense no período analisado foi resultado da ocorrência das super safras em todos os principais estados produtores. Voltando aos dados da Tabela 12, podemos notar esta retomada no início de 1921 até 1930, como consequência das políticas de valorização que estimularam a expansão do plantio.

No início da década de 1920, com a oscilação de demanda e de preços no mercado cafeeiro, o então presidente Epitácio Pessoa foi pressionado pelos cafeicultores paulistas a ajudá-los para criação de mecanismos permanentes de sustentação de preços. Como vimos anteriormente, essa pressão, resultou em 1922, no Instituto de Defesa Permanente do Café e, embora as medidas tenham sido destinadas principalmente para cafeicultura paulista, estas também surtiram efeito na produção fluminense.

Focando a economia fluminense, é necessário destacar que, em 1926, Feliciano Sodré, na mensagem à assembléia legislativa do Rio de Janeiro criou o Instituto de Fomento e Economia Agrícola, que tinha como objetivo dar assistência, organizar e defender os produtos fluminenses. Como o principal produto era o café, era sobre ele que se exerciam as ações.

Segundo Taunay, o Instituto limitou-se a regular a saída do café para os mercados consumidores, restringindo os embarques nos centros produtores de acordo com o segundo convênio cafeeiro firmado entre os estados, a fim de manter a estabilidade das cotações. (Taunay, 1941, p.358) Este segundo convênio, de acordo com Feliciano Sodré, produziu bons resultados para a economia cafeeira fluminense “através dos preços e da firmeza animadora dos mercados”. (Mensagem do Presidente do Estado do Rio de Janeiro, 1927, p.79)

A retomada do café no Rio de Janeiro representou também uma mudança do eixo econômico do estado. Segundo Melo, o reerguimento da cultura cafeeira fluminense estava relacionado ao deslocamento para os municípios do norte.

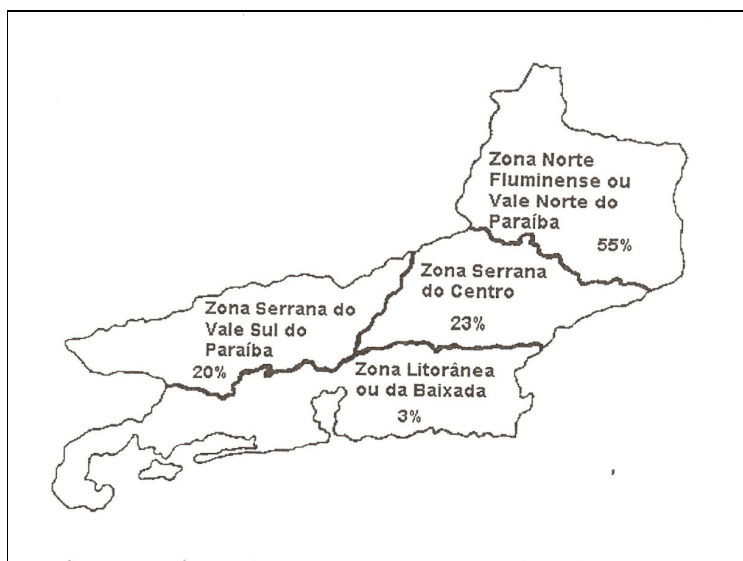
Como descreveu Castro, o café foi uma “cultura itinerante”, uma atividade em movimento e compreendia “uma zona pioneira, onde o café está penetrando, uma região em que ele se encontra consolidado e plenamente produtivo, e uma região decadente, onde a cultura se encontra em regressão”. (Castro, 1977, p.61)

No caso da lavoura cafeeira fluminense, o Vale Norte do Paraíba foi a zona pioneira, a Zona Serrana Central foi aquela que estava em plena produção e o Vale Sul do Paraíba e Baixada foi aquela em que a cultura já se encontrava em regressão.

Verificando o Gráfico 4 , podemos constatar que, em 1920, 55% dos cafeeiros plantados estavam localizados no Norte Fluminense e o restante dividido entre as regiões da Serrana Central, Vale Sul do Paraíba e Baixada⁵. (Melo, 1993, p.97)

⁵ O Departamento Nacional do Café, nos anos 1930, dividiu o Estado do Rio de Janeiro em quatro regiões produtoras: Zona Serrana do Vale Sul do Paraíba (Barra Mansa, Barra do Piraí, Piraí, Paraíba do Sul, Petrópolis, Resende, Sapucaia, Santa Theresa, Valença e Vassouras), Zona Serrana do Centro (Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Duas Barras, Macaé, Nova Friburgo, São Francisco de Paula, São Sebastião do Alto, Santa Maria Madalena, Sumidouro), Zona Norte Fluminense ou do Vale Norte do Paraíba

GRÁFICO 4 – SITUAÇÃO DO CAFÉ NO RIO DE JANEIRO EM 1920
(% dos pés de café do Estado)



Fonte: Melo, 1993, p.93

Nesta época, o Estado do Rio contribuía com cerca de 10% da produção brasileira e Itaperuna produzia, sozinha, 1 milhão e 220 mil arrobas, chegando, alguns anos depois, a 1 milhão e 800 mil arrobas (São Paulo produzia 60 milhões e o estado do Rio 6,5 milhões). (Lima, 2003, p.)

Embora, de acordo com Ferreira, o número de estabelecimentos produtores de café no Rio de Janeiro tenha diminuído ao longo da década de 1920, o número de pés e a produção aumentaram devido à ampliação da área cultivada. Segundo Taunay, em 1927, a área ocupada pelos cafezais correspondia a 278.472.075 hectares, aproximadamente 6% da superfície total do estado, enquanto que, em 1920, essa área era de 194.490 hectares. Ainda segundo o autor, foi graças às conquistas da química agrícola que aumentou a fertilidade da terra e assim possibilitou que o café fosse replantado em solos desgastados. (Taunay, 1941, p.355)

(Campos, Cambuci, Itaocara, Itaperuna, São Fidélis, Santo Antônio de Pádua) e a Zona Litorânea ou da Baixada (Angra dos Reis, Araruama, Barra de São João, Cabo Frio, Capivari, Cassimiro de Abreu, Iguaçu, Itaboraí, Itaguaí, Mangaratiba, Maricá, Parati, Rio Bonito, Rio Claro, São João Marcos, Sant'Ana do Japuíba). MELO, Hildete Pereira de. O Café e a Economia do Rio de Janeiro (1888/1920). Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ, 1993 p.85

Essa tendência também pode ser confirmada através de Joaquim Melo, que apresenta dados do início da década de 1920, quando a renda proveniente dos impostos sobre o café era 20% da receita geral do Estado do Rio de Janeiro. Segundo o autor, no auge da produção cafeeira em 1882, esse valor era de 80% da receita fluminense e, em 1925, a renda subiu para 30%. Esses dados confirmam que a cultura cafeeira no estado estava se reerguendo, embora ainda existissem sinais evidentes da crise em que a economia fluminense se encontrava. (Melo, 1926)

Segundo Melo, os dados de produtividade analisados a partir da Tabela 16 sustentam o declínio da lavoura no Rio de Janeiro. Mesmo com melhor produtividade em relação aos cafezais mineiros, a distância da produção fluminense para a mineira era enorme, confirmando a decadência em que vivia a econômica cafeeira do Rio de Janeiro.

TABELA 16 – PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES DE CAFÉ EM 1920

	Produção em milhões de sacas	Produtividade	
	média das safras 1917- 1920	sacas/há	sacas por 1000 cafeeiros
São Paulo	7873	7,7	9,6
Minas Gerais	2473	3,8	5,0
Rio de Janeiro	820	4,2	5,2
Espírito Santo	772	5,0	6,7
Bahia	148	2,0	3,0
Brasil	12086	5,5	7,1

Fonte: Melo, 1993, p.97

III.5 Considerações Finais

Neste capítulo foi possível observar que autores como Mendonça, Melo e Ferreira afirmam que a diversificação agrícola verificada a partir da década de 1890 foi devida à eclosão da crise da cafeicultura fluminense. Segundo Mendonça, esse estímulo à policultura foi verificado após a 1ª política de valorização e mais tarde com o apoio federal através do Ministério da Agricultura. Ferreira segue a posição da autora anterior

e acrescenta que, na década de 1920, o café voltou a aumentar a sua participação na economia do Estado. E ainda, de acordo com Melo, embora tenha ocorrido uma diversificação agrícola, o café não deixou de ser o principal produto da economia fluminense mesmo sofrendo uma morte lenta.

Portanto, podemos concluir que a década de 1920 para a economia cafeeira fluminense foi um período de melhora, mas não chegou a ser suficiente para que esta saísse de sua condição decadente.

CONCLUSÃO

A economia brasileira na 1ª República, baseada no setor agrícola, teve o café como seu principal produto. Pudemos observar que a produção voltada praticamente para o mercado internacional, sofreu com os efeitos das diversas crises mundiais do período.

Tais crises afetaram sobretudo o Estado do Rio de Janeiro, que tinha praticamente toda a economia voltada para o café. Observamos desde o final do século XIX que a cafeicultura fluminense vinha sofrendo dificuldades econômicas que se agravaram ainda mais com o início da República.

Assim, o quadro em que se encontrou a economia brasileira no início do século XX nos revelou a necessidade de se intervir no mercado cafeeiro. Como notamos, esta intervenção foi feita através de valorizações que introduziram importantes mudanças no setor do café. As transformações que ocorreram foram feitas gradativamente ao longo dos três programas de valorização e da defesa permanente.

Os estados brasileiros, embora em níveis distintos, se beneficiaram como um todo com os programas de valorização, sobretudo os fazendeiros de café, que obtiveram grandes lucros. Ao destacarmos o primeiro programa de valorização, observamos que a disparidade de atuação entre os estados foi enorme e o impacto deste sobre a produção fluminense foi de apenas permitir sua sobrevivência.

Desde modo, verificamos que, embora a economia cafeeira fluminense também tenha se beneficiado, esta vivia desde o início do século uma lenta decadência e os planos de defesa não foram suficientes para inverter por completo essa situação.

O café durante a década de 1920 ainda dominava a economia fluminense, tanto na produção física como na arrecadação de impostos. A cafeicultura, embora em declínio, aumentou sua participação no Estado devido à expansão dos plantios que foram estimulados com as políticas de valorização.

As tentativas de diversificação agrícola, vistas em praticamente todas as mensagens da época, foram um meio de socorrer as finanças do Estado. O governo estadual procurou incentivar a policultura como alternativa à crise cafeeira, mas em nenhum momento esta conseguiu ultrapassar a produção do café.

Assim, considero que a economia cafeeira fluminense na década de 1920 embora em declínio, continuou sendo de extrema importância para o Estado do Rio de Janeiro. Mas o aumento da participação do café na economia do Estado não foi suficiente para alterar a sua situação de decadência econômica.

REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Antonio Barros de. **7 Ensaios Sobre a Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

CARONE, Edgar. **A República Velha Vol. 1 (Instituições e Classes Sociais)**. 3ª. Ed. São Paulo: Difel, 1975.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. **Mensagens dos Presidentes das Províncias (1830-1930)**. Disponível em <http://catalog.crl.edu/search~S1?/aBrazilian+Government+Document+Digitization+Project/abrazilian+government+document+digitization+project/-3,-1,0,B/1856~b1521186&FF=abrazilian+government+document+digitization+project&1,47,2,0> . Acessado em Maio de 2008

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 8ª. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

_____. **O Brasil Republicano – Estrutura de Poder e Economia**. Rio de Janeiro, 1989.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Em busca da idade de ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Edições Tempo Brasileiro, 1994.

IBGE. **Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

LIMA, Roberto Guião de Souza. O Ciclo do café Vale-paraíba. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro**, IHGRJ, ano 12, n.12, 2003.

MELO, Hildete Pereira de. **O Café e a Economia do Rio de Janeiro (1888/1920)**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ, 1993. (Tese, Doutorado em Economia).

MELO, Joaquim. **Evolução da cultura cafeeira no estado do Rio**. Rio de Janeiro, Papellaria Mello, 1926.

MENDONÇA, S. R. de. O Convenio de Taubaté e a Agricultura Fluminense. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v.4, n.3 (número especial). Taubaté, São Paulo, 2008.

NETTO, Antonio Delfim. **O Problema do Café no Brasil**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Aplicadas, 1981.

PELÁEZ, Carlos Manuel. Análise Econômica do Programa Brasileiro de Sustentação do Café – 1906-1945: Teoria, Política e Medição. In: **Revista Brasileira de Economia**. n.1. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1947.

PERISSINOTTO, Renato M., **Classes Dominantes e Hegemonia na República Velha**. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 1994.

PRADO Jr., Caio. **História Econômica do Brasil**. 29. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

_____. **Expansão e Crise da Produção Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1976, 225p.

SARETTA, Fausto. A política econômica na década de 1920. In: COSTA, Wilma Peres da; LORENZO, Helena Carvalho de. **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998

SILVA, Sergio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

STEIN, Stanley. **Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

TAUNAY, Affonso de E. **Historia do Café do Brasil. Vol.12. No Brasil República 1906-1927** (Tomo II). Rio de Janeiro: Ed. Departamento Nacional do Café, 1941.

_____. **Historia do Café do Brasil. Vol.13. No Brasil República 1927-1937** (Tomo I). Rio de Janeiro: Ed. Departamento Nacional do Café, 1942.

TORELLI, Leandro Salman. **A criação do Banco do Estado de São Paulo: um estudo sobre a política de defesa do café, 1906-1930**. Franca, SP: UNESP-Franca, 2001. (Trabalho de Conclusão de Curso em História)

TOPIK, Steven. **A Presença do Estado na Economia Política do Brasil – de 1889 a 1930**. São Paulo: Record, 1987.

VIEIRA, Wilson. **Apogeu e Decadência da Cafeicultura Fluminense (1860-1930)**. Campinas: 2000. (Dissertação de Mestrado) – Universidade de Campinas.

VILARDO, F. **A Burguesia Cafeeira Paulista e a Política Econômica na Primeira República**. Campinas: 1986. (Dissertação de Mestrado) - Universidade de Campinas.

VILELA, Annibal Villanova; SUZIGAN, Wilson. **Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira 1889-1945**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.